



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08107961020198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADAIR ALMEIDA LOPES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar que já houve pagamento da condenação em **23/10/2019**, no valor de R\$2.947,86 (dois mil novecentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos), como se verifica:



Banco do Brasil

Nº DA CONTA JUDICIAL

3000124617677

Nº DA PARCELA

0

DATA DO DEPÓSITO

23/10/2019

AGÊNCIA (PREF / DV)

3797

TIPO DE JUSTIÇA

ESTADUAL

DATA DA GUIA

22/10/2019

Nº DA GUIA

2588269

Nº DO PROCESSO

08107961020198230010

TRIBUNAL

TRIBUNAL DE JUSTICA

COMARCA

BOA VISTA

ORGÃO/VARA

2 VARA CIVEL RESIDUAL

DEPOSITANTE

RÉU

VALOR DO DEPÓSITO (R\$)

2947,86

NOME DO RÉU/IMPETRADO

TIPO DE PESSOA

Juridico

CPF / CNPJ

NOME DO AUTOR / IMPETRANTE

ADAIR ALMEIDA LOPES

TIPO DE PESSOA

Fisica

CPF / CNPJ

02243111233

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

77F18195AD7CE70E

CÓDIGO DE BARRAS

Ressalte-se que o pagamento foi devidamente realizado de acordo com os cálculos que ora se apresenta:

Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	
Valor Nominal	R\$ 2.362,50
Indexador e metodologia de cálculo	ENCOGE (XI ENCONTRO) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Agosto/2017 a Setembro/2019
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	8/4/2019 a 30/10/2019
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	761 dias	1,070130
Percentual correspondente	761 dias	7,013033 %
Valor corrigido para 1/9/2019	(=)	R\$ 2.528,18
Juros(205 dias-6,00000%)	(+)	R\$ 151,69
Sub Total	(=)	R\$ 2.679,87
Honorários (10%)	(+)	R\$ 267,99
Valor total	(=)	R\$ 2.947,86

DO CÁLCULO DO AUTOR

Infelizmente, como de praxe, a patrona do autor nunca coleciona planilha de débito, conforme determina o art. 524 do CPC, apenas transcreve valores. Desta forma, a execução apresentada deve ser indeferida.

Caso o entendimento de V. Exa., seja diverso, fica desde já impugnado o cumprimento, por estar em completo excesso de execução.

Outrossim, diante da apresentação do cumprimento voluntário da obrigação, requer ainda a V. Exa.: (i) o afastamento da intimação para pagamento sob pena de multa, caso haja; e (ii) seja intimada a parte autora para que se manifeste dando quitação ao cumprimento da obrigação, ou em caso de discordância, apresente memória de cálculo com valor de saldo remanescente, se houver, com posterior intimação do executado para pagamento e apresentação de peça de objeção.

Em caso de concordância e tendo em vista o cumprimento da obrigação, requer a Ré a extinção do feito, procedendo-se a baixa do processo no cartório distribuidor, e, o subsequente, arquivamento dos autos.

Ademais, nos termos do Provimento 68/2018 do CNJ, desde logo a requerida expressa que não se opõe ao levantamento dos valores depositados, suficientes para a satisfação total do crédito devido por força da condenação havida nos presentes autos.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 31 de outubro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
OAB/RR 101-B